

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	9
DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	54
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	289.836.870
Preferenciais	124.245.312
Total	414.082.182
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	25/04/2013	Juros sobre Capital Próprio	24/06/2013	Ordinária		0,28545
Assembléia Geral Ordinária	25/04/2013	Juros sobre Capital Próprio	24/06/2013	Preferencial		0,31399
Assembléia Geral Ordinária	25/04/2013	Dividendo	24/06/2013	Ordinária		0,08722
Assembléia Geral Ordinária	25/04/2013	Dividendo	24/06/2013	Preferencial		0,09594

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	6.397.752	6.171.769
1.01	Ativo Circulante	741.042	642.792
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	334.444	219.175
1.01.01.01	Caixa e Bancos	17.359	18.492
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	317.085	200.683
1.01.03	Contas a Receber	331.197	334.066
1.01.03.01	Clientes	331.197	334.066
1.01.04	Estoques	27.106	27.126
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.259	25.573
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.259	25.573
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	46.036	36.852
1.01.08.03	Outros	46.036	36.852
1.01.08.03.01	Depósitos Vinculados	20.018	16.121
1.01.08.03.02	Outras Contas a Receber	26.018	20.731
1.02	Ativo Não Circulante	5.656.710	5.528.977
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	579.009	562.376
1.02.01.03	Contas a Receber	17.632	16.854
1.02.01.03.01	Clientes	17.632	16.854
1.02.01.06	Tributos Diferidos	362.928	349.549
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	362.928	349.549
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	198.449	195.973
1.02.01.09.03	Depósitos Vinculados	25.586	24.487
1.02.01.09.04	Impostos e Contribuições a Recuperar	1.023	1.023
1.02.01.09.05	Depósitos Judiciais	138.069	137.492
1.02.01.09.06	Ativos Financeiros Contratuais	33.037	32.237
1.02.01.09.07	Outros Créditos	734	734
1.02.02	Investimentos	2.952	2.952
1.02.03	Imobilizado	4.868.603	4.760.122
1.02.04	Intangível	206.146	203.527

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	6.397.752	6.171.769
2.01	Passivo Circulante	569.642	604.672
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	56.375	66.085
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	56.375	66.085
2.01.02	Fornecedores	105.289	101.793
2.01.03	Obrigações Fiscais	43.885	32.233
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	134.359	130.116
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	134.359	130.116
2.01.05	Outras Obrigações	124.702	174.574
2.01.05.02	Outros	124.702	174.574
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	72.451	122.386
2.01.05.02.04	Contratos de Concessão	5.745	5.654
2.01.05.02.05	Cauções e Retenções Contratuais	3.454	2.701
2.01.05.02.06	Títulos a Pagar	6.476	6.298
2.01.05.02.07	Receitas a Apropriar	3.250	3.250
2.01.05.02.08	Outras Contas a Pagar	33.326	34.285
2.01.06	Provisões	105.032	99.871
2.01.06.02	Outras Provisões	105.032	99.871
2.01.06.02.04	Provisões para Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	58.965	57.287
2.01.06.02.05	Provisões Trabalhistas	46.067	42.584
2.02	Passivo Não Circulante	3.298.419	3.138.267
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	895.271	830.363
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	776.724	771.090
2.02.01.02	Debêntures	118.547	59.273
2.02.02	Outras Obrigações	1.169.874	1.110.119
2.02.02.02	Outros	1.169.874	1.110.119
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.047.352	984.713
2.02.02.02.03	Contratos de Concessão	90.283	90.021
2.02.02.02.04	Impostos e Contribuições	3.854	5.169
2.02.02.02.05	Títulos a Pagar	12.245	13.351
2.02.02.02.06	Receitas a Apropriar	9.479	10.292
2.02.02.02.07	Outras Contas a Pagar	6.661	6.573
2.02.04	Provisões	1.233.274	1.197.785
2.02.04.02	Outras Provisões	1.233.274	1.197.785
2.02.04.02.04	Provisões para Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	825.514	802.011
2.02.04.02.05	Provisões	407.760	395.774
2.03	Patrimônio Líquido	2.529.691	2.428.830
2.03.01	Capital Social Realizado	1.800.000	1.800.000
2.03.01.01	Capital Social Integralizado	1.800.000	1.800.000
2.03.03	Reservas de Reavaliação	109.462	110.947
2.03.03.01	Ativos Próprio	109.462	110.947
2.03.04	Reservas de Lucros	669.636	669.636
2.03.04.01	Reserva Legal	108.864	108.864
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	7.572	7.572

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	79.472	79.472
2.03.04.10	Plano de Investimentos	473.728	473.728
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	103.221	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	20.331	21.206
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-172.959	-172.959

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	556.308	478.833
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-214.039	-182.789
3.03	Resultado Bruto	342.269	296.044
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-164.168	-130.103
3.04.01	Despesas com Vendas	-38.133	-33.246
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-87.613	-71.305
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-38.422	-25.552
3.04.05.01	Provisão para Contingências	-11.986	-5.801
3.04.05.02	Plano de Aposentadoria e Assist. Médica	-25.181	-19.392
3.04.05.03	Outras Despesas Operacionais	-1.255	-359
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	178.101	165.941
3.06	Resultado Financeiro	-25.556	-27.179
3.06.01	Receitas Financeiras	7.906	7.042
3.06.02	Despesas Financeiras	-33.462	-34.221
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	152.545	138.762
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-51.684	-46.826
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	100.861	91.936
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	100.861	91.936
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	PN	0,26013	0,23711
3.99.01.02	ON	0,23648	0,21556
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	PN	0,26013	0,23711
3.99.02.02	ON	0,23648	0,21556

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	100.861	91.936
4.03	Resultado Abrangente do Período	100.861	91.936

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	220.032	171.492
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	203.021	183.118
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	100.861	91.936
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	39.264	36.199
6.01.01.03	Custos das Baixas do Imobilizado e Intangível	1.158	351
6.01.01.04	Provisão para Perdas na Realização de Créditos	3.661	3.389
6.01.01.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, líquidos	-13.379	-10.945
6.01.01.06	Provisão para Contingências	11.986	5.801
6.01.01.07	Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	25.181	19.392
6.01.01.08	Juros sobre Financiamentos	21.592	21.910
6.01.01.09	Variações Monetárias sobre Financiamentos	0	1.421
6.01.01.10	Remuneração Créditos para Aumento de Capital	12.697	13.664
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	17.011	-11.626
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-1.570	-14.277
6.01.02.02	Impostos e Contribuições a Recuperar	23.314	12.144
6.01.02.03	Estoques	20	461
6.01.02.04	Depósitos Vinculados	-4.996	-1.776
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	-577	-1.570
6.01.02.06	Outros Créditos e Contas a Receber	-5.287	-4.341
6.01.02.07	Empreiteiros e Fornecedores	3.496	-6.969
6.01.02.08	Contratos de Concessão	353	-229
6.01.02.09	Impostos e Contribuições	10.344	11.425
6.01.02.10	Salários e Encargos a Pagar	-6.227	-4.729
6.01.02.11	Cauções e Retenções Contratuais	753	-210
6.01.02.12	Titulos a Pagar	-928	-901
6.01.02.13	Outras Contas a Pagar	-871	-654
6.01.02.14	Receitas a Apropriar	-813	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-152.322	-101.954
6.02.01	Aplicação no Imobilizado e Intangível	-152.322	-101.954
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	47.559	-25.517
6.03.01	Financiamentos Obtidos	100.229	41.185
6.03.03	Pagamentos de Juros sobre Financiamentos	-21.146	-21.955
6.03.04	Amortizações de Financiamentos	-31.524	-44.747
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	115.269	44.021
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	219.175	140.292
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	334.444	184.313

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.800.000	0	669.636	0	-40.806	2.428.830
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.800.000	0	669.636	0	-40.806	2.428.830
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	103.221	-2.360	100.861
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	100.861	0	100.861
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	2.360	-2.360	0
5.05.02.06	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	2.250	-2.250	0
5.05.02.07	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-765	765	0
5.05.02.08	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	1.326	-1.326	0
5.05.02.09	Tributos sobre a Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	-451	451	0
5.07	Saldos Finais	1.800.000	0	669.636	103.221	-43.166	2.529.691

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.800.000	0	368.213	0	142.186	2.310.399
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.800.000	0	368.213	0	142.186	2.310.399
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	94.367	-2.431	91.936
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	91.936	0	91.936
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	2.431	-2.431	0
5.05.02.06	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	2.249	-2.249	0
5.05.02.07	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-765	765	0
5.05.02.08	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	1.435	-1.435	0
5.05.02.09	Tributos sobre a Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	-488	488	0
5.07	Saldos Finais	1.800.000	0	368.213	94.367	139.755	2.402.335

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	594.874	512.275
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	599.790	516.023
7.01.02	Outras Receitas	-1.255	-359
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-3.661	-3.389
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-178.994	-145.216
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-65.497	-48.059
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-81.290	-81.261
7.02.04	Outros	-32.207	-15.896
7.03	Valor Adicionado Bruto	415.880	367.059
7.04	Retenções	-39.264	-36.199
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-39.264	-36.199
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	376.616	330.860
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.906	7.042
7.06.02	Receitas Financeiras	7.906	7.042
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	384.522	337.902
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	384.522	337.902
7.08.01	Pessoal	121.805	102.960
7.08.01.01	Remuneração Direta	86.590	68.155
7.08.01.02	Benefícios	28.292	29.323
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.923	5.482
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	122.783	107.096
7.08.02.01	Federais	121.185	105.370
7.08.02.02	Estaduais	407	464
7.08.02.03	Municipais	1.191	1.262
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	39.073	35.910
7.08.03.01	Juros	33.462	34.220
7.08.03.02	Aluguéis	5.611	1.690
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	100.861	91.936
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	100.861	91.936

Comentário do Desempenho

Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO 1º TRIMESTRE DE 2013

01. INTRODUÇÃO

A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, empresa do setor de saneamento básico, detentora da concessão para operar serviços de distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto em 346 municípios, sendo 345 de um total de 399 existentes no Paraná e 01 sede municipal no Estado de Santa Catarina. Atuando há 50 anos no setor, é uma das responsáveis pelo Paraná figurar entre os Estados com os melhores indicadores sociais do País e também com um dos melhores índices de cobertura dos serviços prestados entre suas congêneres.

02. GESTÃO

A SANEPAR vem reforçando a estratégia de conduzir os negócios com flexibilidade organizacional para responder de maneira ágil e eficiente às novas exigências do mercado e mudanças conjunturais, enfatizando cada vez mais a sua sustentabilidade econômica-financeira e socioambiental.

Em plena sintonia com as exigências do mercado, tem pautado sua gestão pela busca da eficiência no uso de insumos, melhor gestão das receitas, custos e despesas, garantindo a continuidade dos investimentos e bom atendimento aos seus clientes.

03. MERCADO

O índice de atendimento com água tratada é de 100,0% e a cobertura com coleta de esgoto é de 62,3% da população urbana na área de concessão.

O faturamento é oriundo principalmente das ligações de água do tipo residencial, que representam 91,2% do total de ligações de água existentes em 31 de março de 2013.

Comentário do Desempenho

03. MERCADO -- continuação

O número de ligações de água de 2.743.169 em março de 2013 é 3,3% superior ao número de ligações (2.654.707) existentes em março de 2012, representando um incremento de 88.462 novas ligações de água, conforme demonstrado a seguir:

Número de Ligações de Água

Classes	Março/2012	Março/2013	Var. %
Residencial	2.419.689	2.502.583	3,4
Comercial	178.871	183.152	2,4
Industrial	11.960	12.187	1,9
Utilidade Pública	20.418	20.845	2,1
Poder Público	23.769	24.402	2,7
Totais	2.654.707	2.743.169	3,3

O número de ligações de esgoto de 1.582.073 em março de 2013 é 7,0% superior ao número de ligações (1.478.189) existentes em março de 2012, representando acréscimo de 103.884 novas ligações de esgoto, conforme demonstrado a seguir:

Número de Ligações de Esgoto

Classes	Março/2012	Março/2013	Var. %
Residencial	1.328.787	1.426.035	7,3
Comercial	124.693	129.965	4,2
Industrial	4.104	4.328	5,5
Utilidade Pública	10.371	10.936	5,4
Poder Público	10.234	10.809	5,6
Totais	1.478.189	1.582.073	7,0

04. TECNOLOGIA

A eficiência operacional é um dos focos do modelo de gestão da SANEPAR. Ao longo dos anos a Companhia tem alcançado resultados significativos devido ao investimento em sistemas e processos mais eficazes.

A SANEPAR vem acompanhando os avanços tecnológicos do setor em todo o mundo, além de desenvolver suas próprias soluções para racionalizar ao máximo o uso da água e não comprometer o meio ambiente.

O desenvolvimento de soluções inovadoras e a obtenção de novos conhecimentos são facilitados pelo intercâmbio com institutos de pesquisa, estudos e publicação de trabalhos técnicos.

Comentário do Desempenho

05. MEIO AMBIENTE E COMUNIDADE

Mais que simplesmente cumprir a legislação ambiental, a SANEPAR atua continuamente em seu ramo de atividades em perfeita sintonia com o conceito de desenvolvimento sustentável, ou seja, racionalizar ao máximo o uso dos insumos naturais e reduzir ao mínimo os impactos ambientais. Seguindo essa filosofia, a Companhia possui um Planejamento Estratégico Ambiental, que tem por objetivo identificar os principais impactos decorrentes de sua atividade, permitindo dessa forma, estabelecer metas e ações, posteriormente transformados em programas e projetos.

A responsabilidade social, especialmente com relação à saúde pública, é exercida por intermédio de inúmeros programas e ações voltadas para o bem-estar das comunidades onde a SANEPAR está presente. A Companhia mantém um complexo sistema laboratorial de controle bacteriológico, químico-físico, espectrofotométrico, cromatológico e hidrobiológico que garante as condições ideais de qualidade da água consumida pelos seus clientes.

A importância da relação entre a Companhia e a sociedade pode ser observada também pelos valores que são adicionados e distribuídos para os diversos segmentos da economia nacional, como por exemplo, a remuneração a Governos, revertida em benefícios à sociedade.

Distribuição da Riqueza Econômica Gerada (R\$ mil)

	Acumulado até Março/2012	Acumulado até Março/2013	Var. %
Remuneração de Pessoal	102.960	121.805	18,3
Remuneração a Governos (Tributos)	107.096	122.783	14,6
Remuneração a terceiros (aluguéis)	1.690	5.611	232,0
Remuneração de Capitais de Terceiros (Juros e Variações Monetárias)	34.220	33.462	(2,2)
Lucro Líquido do Período não distribuído	91.936	100.861	9,7
Total da Riqueza Econômica Gerada	337.902	384.522	13,8

Comentário do Desempenho

06. PRODUTIVIDADE

A Receita Operacional Bruta da Companhia apresentou acréscimo de 16,2% no primeiro trimestre de 2013 em comparação com o mesmo período do ano anterior, passando de R\$516.023 para R\$599.790. Os custos e despesas, que influenciam no valor do EBITDA, aumentaram 19,6% no primeiro trimestre de 2013 em comparação com o mesmo período do ano anterior, passando de R\$288.690 para R\$345.258.

Dessa forma, foram gerados recursos no primeiro trimestre de 2013 na ordem de R\$254.532, contra R\$227.333 no mesmo trimestre de 2012, apresentando acréscimo de 12,0%.

	R\$ mil		
Receita Operacional Bruta	1º Trim/2012	1º Trim/2013	Var. %
Água	333.201	378.961	13,7
Esgoto	161.493	188.946	17,0
Serviços e Outras	21.329	31.883	49,5
TOTAL	516.023	599.790	16,2
Custos, Despesas e Deduções	(377.620)	(448.500)	18,8
Depreciações e Amortizações	36.199	39.264	8,5
Resultado Financeiro Líquido	27.179	25.556	(6,0)
Provisões	5.801	11.986	106,6
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	19.392	25.181	29,9
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	359	1.255	249,6
EBITDA	227.333	254.532	12,0

No primeiro trimestre de 2013, o número de ligações de água e esgoto e o número de empregados da Companhia aumentaram em 4,7% e 3,7%, respectivamente, em comparação ao primeiro trimestre de 2012. O índice de produtividade foi de 617 ligações por empregado (efetivos e terceiros), enquanto que no mesmo período do ano anterior era de 611. Considerando-se somente o quadro de empregados efetivos, esse número aumenta para 620 ligações.

	Número de Empregados		
Empregados	Março/2012	Março/2013	Var. %
Efetivos	6.723	6.977	3,8
Terceiros	39	37	(5,1)
TOTAL	6.762	7.014	3,7

Comentário do Desempenho

06. PRODUTIVIDADE-- continuação

No primeiro trimestre de 2013, o volume faturado de água tratada foi de 141.843.499 m³, contra 140.179.393 m³ do mesmo período de 2012, representando acréscimo de 1,2%.

QUADRO COMPARATIVO VOLUME FATURADO DE ÁGUA (m³)

Classes	1º Trimestre/2012	1º Trimestre/2013	Var. %
Residencial	118.251.715	119.365.811	0,9
Comercial	12.119.170	12.030.997	(0,7)
Industrial	3.970.385	4.644.071	17,0
Utilidade Pública	1.285.763	1.270.121	(1,2)
Poder Público	4.552.360	4.532.499	(0,4)
Total Faturado	140.179.393	141.843.499	1,2

O volume faturado em m³ de esgoto no primeiro trimestre de 2013, apresentou um crescimento de 3,4% em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior, conforme demonstramos abaixo:

QUADRO COMPARATIVO VOLUME FATURADO DE ESGOTO (m³)

Classes	1º Trimestre/2012	1º Trimestre/2013	Var. %
Residencial	72.061.362	74.888.325	3,9
Comercial	9.666.788	9.806.951	1,4
Industrial	973.723	889.599	(8,6)
Utilidade Pública	833.711	848.624	1,8
Poder Público	2.963.076	3.028.245	2,2
TOTAL FATURADO	86.498.660	89.461.744	3,4

A Companhia na busca contínua da racionalização de seus recursos e controle operacional nos sistemas de abastecimento de água, adota ações como:

- renovação de seu parque de hidrômetros, que atualmente gira em torno de 20% ao ano;
- pesquisa para detecção de vazamentos ocultos, ligações clandestinas e hidrômetros avariados ou fraudados;
- desenvolvimento operacional por meio da implantação de cadastro técnico, sistema de informações geográficas, supervisão e controle, automação, otimização da macromedição e sistematização de diagnósticos operacionais, e
- melhorias nas redes e unidades operacionais.

Comentário do Desempenho

06. PRODUTIVIDADE-- continuação

A adoção destas medidas permitem um melhor controle e acompanhamento do Índice de Perdas por Ligação acumulado no ano, conforme demonstrado abaixo:

DEMONSTRATIVO DO ÍNDICE DE PERDAS POR LIGAÇÃO ¹		
Ano	Litros/ Ligação/ Dia	Varição Litros/ Ligação/ Dia
2004	291,67	6,12
2005	296,03	4,36
2006	279,12	(16,91)
2007	252,28	(26,84)
2008	242,86	(9,42)
2009	237,01	(5,85)
2010	235,14	(1,87)
2011	244,80	9,66
2012	247,00	2,20
2013 ²	239,69	(7,31)

¹ Informação não revisada pelos auditores independentes.

² Valores acumulados de Janeiro a Março de 2013.

07. INDICADORES ECONÔMICOS

A estratégia de crescimento e desenvolvimento da SANEPAR, para operar num mercado de serviços públicos, também liberado à iniciativa privada, está baseada na busca de resultados efetivos, comprometimento com a qualidade dos serviços prestados e principalmente atendimento às necessidades do poder concedente.

Os números abaixo demonstram os resultados econômico-financeiros que a Companhia vem alcançando para sustentação de programas de investimentos, propiciando as condições adequadas para atendimento da demanda futura.

Descrição	Referência	Acumulado até Março/2012	Acumulado até Março/2013	Var. %
Receita Operacional Líquida	R\$ mil	478.833	556.308	16,2
Lucro Operacional (1)	R\$ mil	138.762	152.545	9,9
Lucro Líquido (1)	R\$ mil	91.936	100.861	9,7
Margem Operacional	%	27,0	25,4	(5,9)
Rentabilidade do PL médio	%	3,9	4,1	5,1

(1) Os acréscimos, de janeiro a março de 2013, em relação ao mesmo período do ano anterior, decorrem principalmente do aumento das receitas líquidas. Esse aumento tem como origem o reajuste tarifário de 6,9% para as contas emitidas 30 dias após a publicação do Decreto Estadual nº 7.290 que foi em 20/02/2013, e a ampliação dos serviços de água e esgoto, com aumento nos volumes faturados (água 1,2% e esgoto 3,4%) e na quantidade de ligações de água (3,3%) e esgoto (7,0%).

Comentário do Desempenho

07. INDICADORES ECONÔMICOS -- continuação

No encerramento do primeiro trimestre de 2013, os ativos totais da Companhia atingiram R\$6.397.752 (R\$6.171.769 em 31/12/2012), enquanto as dívidas totais ao final do trimestre eram de R\$3.868.061 (R\$3.742.939 em 31/12/2012).

Do montante da dívida total, R\$1.029.630 (R\$960.479 em 31/12/2012) referem-se a empréstimos, financiamentos e debêntures, apresentando aumento de 7,2% em relação ao final do exercício de 2012.

Descrição	Referência	31/12/2012	31/03/2013	Var. %
Patrimônio Líquido	R\$ mil	2.428.830	2.529.691	4,2
Valor Patrimonial da Ação	R\$	5,87	6,11	4,1
Grau de Endividamento	%	60,6	60,5	(0,2)
Liquidez Corrente	R\$	1,06	1,30	22,6
Liquidez Seca	R\$	1,01	1,24	22,8

08. DESEMPENHO ECONÔMICO

Receita Operacional

A receita operacional bruta cresceu 16,2% no período, passando de R\$516,0 milhões acumulado no primeiro trimestre de 2012 para R\$599,8 milhões no primeiro trimestre de 2013, este crescimento decorre principalmente do reajuste tarifário de 6,9%, autorizado pelo Decreto Estadual nº 7.290 de 20/02/2013, impactando no faturamento para as contas emitidas 30 dias após a publicação do referido Decreto, da ampliação dos serviços de água e esgoto e do aumento no número de ligações e nos volumes faturados.

Lucro Líquido

A Companhia obteve um lucro líquido de R\$100,9 milhões no primeiro trimestre de 2013, 9,8% acima do resultado líquido de R\$91,9 milhões registrado no mesmo período de 2012. A receita operacional bruta teve crescimento de 16,2%, enquanto os custos e as despesas com vendas e administrativas registraram aumento de 18,7%.

EBITDA

O LAJIDA (EBITDA) acumulado até março de 2013 foi de R\$254,5 milhões (R\$227,3 milhões acumulado no mesmo período de 2012). A margem do EBITDA diminuiu 1,7 p.p., passando de 47,5% em 2012 para 45,8% em 2013.

Notas Explicativas**Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Data-Base em 31 de Março de 2013

(Em Milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR (também identificada como “Companhia” ou “Sanepar”), sediada à Rua Engenheiros Rebouças em Curitiba – Paraná, é uma Sociedade de Economia Mista que tem por objetivo social, por delegação do Estado do Paraná e de seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, além da coleta e tratamento de resíduos sólidos, realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário e prestação de serviços de consultoria e assistência técnica em suas áreas de atuação. A Companhia também colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos.

A Companhia, por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. As renovações dos contratos têm, em média, seu prazo de validade definido entre 20 e 30 anos. De um total de 346 sedes municipais operadas, aproximadamente 18,8% dos contratos estão em processo de renovação por estarem vencidos, 6,1% vencem de 2013 a 2020 e 75,1% foram renovados tendo seus vencimentos após 2020. Para os casos de concessões que não forem renovadas, quando do seu vencimento, o município deverá ressarcir à Companhia os valores contábeis residuais dos ativos relacionados à concessão. Os bens patrimoniais decorrentes dos Contratos de Programas, elaborados de acordo com a Lei 11.445/2007 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, são registrados no ativo intangível. Para os bens cuja vida útil econômica ultrapassar o prazo contratual, é constituído Ativo Financeiro com base no valor residual.

Apenas a concessão do município de Curitiba possui regras que determinam um custo pela concessão a ser pago pela Companhia, conforme indicado na nota 12.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**2.1 Declaração de Conformidade**

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS.

A autorização para emissão das Demonstrações Financeiras Intermediárias ocorreu na reunião da Diretoria realizada em 07 de maio de 2013.

Notas Explicativas

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

2.3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Todos os valores apresentados nas Demonstrações Financeiras Intermediárias, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais, exceto aqueles indicados de outra forma.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis foram:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras que são demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras, calculadas *pro rata die* e apropriadas mensalmente. Uma aplicação financeira se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos da data da contratação;

b) Contas a Receber de Clientes

Incluem os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativas pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada cliente. O saldo de contas a receber referente a parcelamentos foi ajustado a valor presente;

c) Provisão para Perdas na Realização de Créditos

Foi constituída com base na análise dos valores vencidos e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes;

d) Estoques

Os estoques são formados principalmente por materiais de manutenção e conserto, registrados por seus custos médios de aquisição, no Ativo Circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização;

e) Investimentos

São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável;

f) Capitalização de Juros e Encargos Financeiros

Os juros e demais encargos financeiros relacionados a financiamentos de bens do imobilizado e do intangível em andamento, são apropriados ao custo dos mesmos, até a conclusão da construção e/ou instalação do bem, após esse período os referidos encargos são apropriados como despesa financeira;

Notas Explicativas

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

g) Imobilizado -- continuação

É demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído, deduzido das depreciações calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas indicadas na nota 8;

O Imobilizado não supera o seu provável valor de recuperação. Quando existe algum indicador de que o ativo imobilizado pode não ser recuperável, o mesmo é submetido ao *impairment test*;

h) Intangível

O intangível é registrado ao custo de aquisição, contratação, Direito de Uso e Contratos de Programas. A amortização é calculada pelos prazos de vigência dos contratos, mencionados nas notas explicativas nºs 8 e 12. O intangível não supera seu provável valor de recuperação. Quando existe algum indicador de que o ativo intangível pode não ser recuperável, o mesmo é submetido ao *impairment test*;

A Companhia, em atendimento a Lei 11.638/07, Interpretação Técnica ICPC 01 – Contrato de Concessão e Lei 11.445/07 – Marco Regulatório do Saneamento, registra no intangível os bens patrimoniais vinculados aos Contratos de Programas e efetua a amortização de acordo com os prazos dos contratos ou pela vida útil dos bens, dos dois o menor, caso a vida útil dos ativos ultrapasse o prazo do contrato é constituído ativo financeiro;

i) Imposto de Renda e Contribuição Social

São registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes, sendo para o IRPJ 15% mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação, e para a Contribuição Social 9%;

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes destes impostos e registrados em função da determinação legal conforme CPC 26 e 32, que trata das diferenças temporárias base destes impostos, conforme nota 15.c. A Companhia efetua análises periódicas que demonstram serem estes tributos recuperáveis pelas suas operações futuras;

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos uma vez que existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal;

j) Passivo Circulante e Não Circulante

Todos os passivos são registrados pelos valores conhecidos ou estimados e, quando aplicável, atualizados *pro rata die*, até a data de encerramento das demonstrações contábeis, com base nos indicadores e encargos pactuados, sem a necessidade de ajuste a valor presente;

k) Apuração dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas com observância ao regime de competência. A receita de fornecimento de água e coleta de esgoto, inclui montantes faturados aos clientes em uma base cíclica (mensal) e montantes não faturados, os quais são calculados com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil;

Notas Explicativas

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

l) Transações com Partes Relacionadas

A Companhia realiza transações comerciais com diversas partes relacionadas, destacando-se o Estado do Paraná, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel e alguns municípios, em condições usuais de mercado, conforme demonstrado na nota 17;

m) Benefícios Pós-emprego Concedidos aos Empregados

A Companhia mantém um plano misto de aposentadoria (contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para benefícios de risco) e na área de saúde patrocina um plano de benefícios médicos e odontológicos para seus empregados, dependentes e aposentados, cujos efeitos são reconhecidos pelo regime de competência e de acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação nº 695 da CVM, conforme demonstrado na nota 23;

n) Questões Ambientais

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais e investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas no resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados;

A Administração da Companhia acredita que a provisão definida para perdas, relacionadas a questões ambientais, é necessária e adequada com base na Legislação Ambiental em vigor no Brasil;

o) Uso de Estimativas

A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia utilize estimativas e premissas que afetam os montantes divulgados nestas informações e notas explicativas. Os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estimativas;

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados;

p) Concessões

A Companhia registra a infraestrutura utilizada para operação dos serviços públicos de saneamento básico da seguinte forma: No Ativo Imobilizado os Bens Patrimoniais decorrentes de “Contratos de Concessão” (aqueles assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07), e no Ativo Intangível os decorrentes de Contratos de Programas, em observância as regras da Lei 11.445/07 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. Os valores são depreciados ou amortizados até a data de término do período contratual de cada Contrato de Programa. O valor remanescente do ativo intangível a ser reembolsado à Companhia pelo poder concedente é reclassificado do ativo intangível para ativo financeiro;

Notas Explicativas

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

q) Pronunciamentos novos ainda não em vigor em 31 de março de 2013

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

Normas	Vigência
IAS 32 - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - Revisões da IAS 32	Para os exercícios iniciados em ou 1º de janeiro de 2014
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração	Para os exercícios iniciados em ou 1º de janeiro de 2015

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	31/03/2013	31/12/2012
Depósitos Bancários Livres	62	3.351
Depósitos Bancários Vinculados	17.297	15.141
	17.359	18.492
Aplicações Financeiras (1)		
Caixa FI Sanepar I Renda Fixa (2)	268.405	162.657
Itaú Corp Plus Referenciado (3)	48.680	38.026
	317.085	200.683
Totais de Caixa e Equivalentes de Caixa	334.444	219.175

- (1) As aplicações financeiras possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor. São constituídas por fundos de renda fixa aplicados em Fundos de Investimentos, com remuneração média de 101,04% do CDI (99,71% para 31/12/2012);
- (2) O Fundo CAIXA FI SANEPAR I RENDA FIXA é exclusivo para as aplicações da Companhia sendo que em 31/03/2013, alocava 73,57% dos recursos em Operações Compromissadas NTN-B, os quais possuem opção de recompra das quotas pelo banco, 9,90% em Títulos Públicos Federais (LFT e LTN) e 16,53% em CDB de Instituição Financeira de primeira linha (79,42%, 10,21% e 10,37% respectivamente para 31/12/2012);
- (3) O Fundo ITAÚ CORP PLUS REF DI FICFI tem como objetivo acompanhar a variação do CDI através de aplicações que alocam, no mínimo 95% de seus recursos em títulos ou operações atreladas a esse indicador. A carteira é composta por títulos públicos e até 50% em títulos privados de baixo risco de crédito sendo que em 31/03/2013, alocava 60,64% dos recursos em renda fixa, 38,03% em Operações Compromissadas e 1,33% em outras aplicações (73,81%, 24,80% e 1,39% respectivamente para 31/12/2012).

Notas Explicativas**5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

a) Os saldos de contas a receber de clientes apresentam a seguinte composição por vencimento:

Descrição	31/03/2013	31/12/2012
Contas a Receber Vincendas	119.161	121.790
Contas a Receber de Parcelamentos	18.273	18.278
Ajuste a Valor Presente	(1.168)	(1.167)
Contas a Faturar (Consumo não Faturado)	81.012	90.276
	<u>217.278</u>	<u>229.177</u>
Contas a Receber Vencidas		
De 1 a 30 dias	67.090	66.261
De 31 a 60 dias	17.884	16.651
De 61 a 90 dias	7.818	8.299
De 91 a 180 dias	18.481	14.077
Mais de 180 dias	116.729	109.251
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	(96.451)	(92.796)
	<u>131.551</u>	<u>121.743</u>
Totais de Contas a Receber, líquidas	<u>348.829</u>	<u>350.920</u>
Curto Prazo	331.197	334.066
Longo Prazo	17.632	16.854

Do total de contas a receber vencidas, líquidas das perdas na realização de créditos, o montante de R\$26.340 (R\$25.561 em 31/12/2012), refere-se a pendências de Prefeituras Municipais; R\$87.189 (R\$82.225 em 31/12/2012) de Particulares; R\$18.022 (R\$13.957 em 31/12/2012) dos setores Estadual e Federal.

b) A movimentação da provisão para perdas na realização de créditos foi a seguinte:

Descrição	31/03/2013	31/12/2012
Saldos no Início do Período	(92.796)	(81.782)
Valores Registrados como Despesa	(3.661)	(11.762)
Baixas, Líquidas das Recuperações	6	748
Saldos no Final do Período	<u>(96.451)</u>	<u>(92.796)</u>

c) O saldo de provisão para perdas na realização de créditos a receber apresenta a seguinte composição:

Descrição	31/03/2013	31/12/2012
Clientes Particulares (1)	47.455	45.214
Órgãos do Governo Federal (1)	9	19
Prefeituras Municipais (2)	48.987	47.563
Totais	<u>96.451</u>	<u>92.796</u>

(1) Registro de perdas das contas vencidas há mais de 180 dias.

(2) É constituída provisão para os créditos vencidos há mais de 2 anos.

Notas Explicativas**5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES -- continuação**

Com o intuito de estimar os montantes de provisão para perdas na realização de créditos, a serem reconhecidos no período, a Administração da Companhia realiza análises de suas contas a receber, especialmente sobre os montantes vencidos, levando em consideração a composição dos saldos de contas a receber por idade de vencimento e a expectativa de recuperação em cada classe de consumo.

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	31/03/2013	31/12/2012
Imposto de Renda a compensar	1.629	19.332
Contribuição Social a compensar	-	5.611
Impostos e Contribuições retidos – órgãos públicos	1.371	1.371
Outros tributos a compensar	282	282
Totais	3.282	26.596
Curto Prazo	2.259	25.573
Longo Prazo	1.023	1.023

7. OUTROS CRÉDITOS E CONTAS A RECEBER

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	31/03/2013	31/12/2012
Adiantamentos a Empregados	9.270	3.027
Pagamentos Reembolsáveis	1.349	1.546
Depósitos Dados em Garantia	1.999	2.734
Despesas Antecipadas	5.306	5.318
Cheques, Títulos e Outros	8.828	8.840
Totais	26.752	21.465
Curto Prazo	26.018	20.731
Longo Prazo	734	734

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL**a) Imobilizado**

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			31/03/2013	31/12/2012
Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Sistemas de Água	2.874.672	(984.123)	1.890.549	1.881.826
Sistemas de Esgoto	2.731.219	(564.801)	2.166.418	2.132.628
Resíduos Sólidos	3.207	(2.286)	921	965
Administração	148.917	(80.307)	68.610	64.289
Outras Imobilizações	28.032	(15.476)	12.556	10.012
Projetos e Obras em Andamento	670.511	-	670.511	628.609
Estoques para Obras	59.038	-	59.038	41.793
Totais	6.515.596	(1.646.993)	4.868.603	4.760.122

Notas Explicativas**8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL – continuação****a) Imobilizado -- continuação**

Por Natureza				31/03/2013	31/12/2012
Descrição	Taxa de Depreciação Anual	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Terrenos	-	60.608	-	60.608	59.202
Poços	2,86%	86.694	(26.803)	59.891	58.471
Barragens	2%	137.125	(39.789)	97.336	97.939
Construções Civas	*1,84%	1.271.481	(303.891)	967.590	967.841
Benfeitorias	2%	9.985	(1.427)	8.558	8.036
Tubulações	*1,95%	3.082.979	(698.637)	2.384.342	2.352.398
Ligações Prediais	3,33%	387.765	(133.389)	254.376	250.917
Instalações	*5,83%	49.468	(21.458)	28.010	24.414
Hidrômetros	10%	122.077	(64.459)	57.618	56.918
Macromedidores	10%	3.250	(1.966)	1.284	1.338
Equipamentos	*6,23%	347.927	(181.439)	166.488	163.568
Móveis e Utensílios	7,14%	27.151	(15.726)	11.425	10.249
Equipamentos de Informática	*19,82%	110.296	(85.336)	24.960	23.174
Veículos	*13,05%	63.292	(52.414)	10.878	11.446
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	23.228	(19.862)	3.366	3.560
Ferramentas	6,67%	640	(397)	243	249
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	2.081	-	2.081	-
Projetos e Obras em Andamento	-	670.511	-	670.511	628.609
Estoques para Obras	-	59.038	-	59.038	41.793
Totais		6.515.596	(1.646.993)	4.868.603	4.760.122

* Taxa Média Ponderada

O saldo da conta “Projetos e Obras em Andamento” em 31 de março de 2013, refere-se a 213 obras de ampliação e implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em 104 localidades, no montante de R\$226.565; 272 obras relativas a Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos em 99 localidades, no montante de R\$360.889, e ainda R\$83.057 de investimentos em diversos projetos e obras operacionais nos sistemas operados pela Companhia.

Até este trimestre foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia, no montante de R\$3.194 (R\$4.736 no mesmo período de 2012). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 9,3%.

Notas Explicativas**8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL – continuação****b) Intangível**

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			31/03/2013	31/12/2012
Descrição	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Sistemas de Água	110.262	(54.983)	55.279	54.130
Sistemas de Esgoto	87.073	(24.197)	62.876	63.027
Resíduos Sólidos	902	(97)	805	433
Direitos de Uso e Operação de Sistemas	125.120	(47.286)	77.834	78.877
Outros Ativos Intangíveis	24.648	(15.296)	9.352	7.060
Totais	348.005	(141.859)	206.146	203.527

Por Natureza			31/03/2013	31/12/2012
Descrição	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Terrenos	-	1.421	-	1.421
Poços (1)	3,33%	7.022	(2.836)	4.186
Barragens (1)	3,33%	796	(521)	275
Construções Cíveis (1)	3,33%	37.003	(11.328)	25.675
Benfeitorias (1)	3,33%	281	(44)	237
Tubulações (1)	3,33%	94.359	(32.015)	62.344
Ligações Prediais (1)	3,33%	16.379	(7.386)	8.993
Instalações (1)	*5,83%	2.822	(1.207)	1.615
Hidrômetros (1)	10%	6.974	(3.750)	3.224
Macromedidores (1)	10%	191	(112)	79
Equipamentos (1)	*6,23%	14.839	(7.444)	7.395
Móveis e Utensílios (1)	7,14%	114	(57)	57
Equipamento de Informática (1)	*19,82%	1.426	(1.331)	95
Programas de Informática (1)	20%	24.308	(16.427)	7.881
Veículos (1)	*13,05%	2.282	(2.080)	202
Máquinas, Tratores e Similares (1)	*19,35%	1.509	(1.448)	61
Ferramentas (1)	6,67%	11	(9)	2
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	6,25%	153	(104)	49
Proteção e Preservação Ambiental	20%	9.365	(6.473)	2.892
Concessão do Município de Curitiba (2)	3,33%	125.000	(47.223)	77.777
Concessão do Município de Cianorte (3)	5%	120	(64)	56
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	1.630	-	1.630
Totais		348.005	(141.859)	206.146

* Taxa Média Ponderada

Notas Explicativas

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL – continuação

b) Intangível -- continuação

- (1) Bens patrimoniais referentes às renovações contratuais, anteriormente denominadas de concessão plena para concessão de operação, através de contratos de programas que têm por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico, onde a Companhia detém a posse e a gestão dos bens adquiridos ou construídos durante a vigência dos contratos. A amortização ocorre pelo prazo de vigência dos contratos (30 anos) ou pela vida útil dos bens (dos dois o menor), caso a vida útil dos ativos ultrapasse o prazo do contrato é constituído ativo financeiro.
- (2) Custo do Contrato de Concessão onerosa, com prazo de vigência de 30 anos, cuja taxa de amortização é parte integrante dos custos relacionados à prestação de serviços de saneamento para o município de Curitiba, conforme mencionado na nota 12.
- (3) Custo do Contrato de Concessão com a Prefeitura Municipal de Cianorte para operação dos serviços públicos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pelo prazo de 20 anos.

Notas Explicativas

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL – continuação

c) Movimentação do Imobilizado e Intangível

Descrição	2012	Adições	Depreciação e Amortização	Baixas	Transferências	31/03/2013
Imobilizado						
Terrenos	59.202	1.192	-	-	214	60.608
Poços	58.471	54	(343)	-	1.709	59.891
Barragens	97.939	-	(597)	-	(6)	97.336
Construções Civis	967.841	383	(5.809)	-	5.175	967.590
Benfeitorias	8.036	65	(48)	-	505	8.558
Tubulações	2.352.398	9.306	(15.338)	-	37.976	2.384.342
Ligações Prediais	250.917	10	(2.739)	(406)	6.594	254.376
Instalações	24.414	353	(585)	-	3.828	28.010
Hidrômetros	56.918	-	(2.554)	(272)	3.526	57.618
Macromedidores	1.338	-	(66)	-	12	1.284
Equipamentos	163.568	6.215	(3.908)	(422)	1.035	166.488
Móveis e Utensílios	10.249	1.424	(248)	-	-	11.425
Equipamentos de Informática	23.174	3.588	(1.977)	-	175	24.960
Veículos	11.446	45	(602)	-	(11)	10.878
Máquinas, Tratores e Similares	3.560	-	(194)	-	-	3.366
Ferramentas	249	-	(6)	-	-	243
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	2.081	-	-	-	2.081
Subtotais Imobilizado Operacional	4.089.720	24.716	(35.014)	(1.100)	60.732	4.139.054
Projetos e Obras em Andamento	628.609	105.615	-	(26.788)	(63.686)	670.511
Estoques para Obras	41.793	17.245	-	-	-	59.038
Totais Imobilizado	4.760.122	147.590	(35.014)	(1.127)	(2.968)	4.868.603
Intangível						
Terrenos	1.357	58	-	-	6	1.421
Poços	4.082	-	(30)	-	134	4.186
Barragens	271	-	(2)	-	6	275
Construções Civis	25.324	34	(222)	-	539	25.675
Benfeitorias	196	-	(2)	-	43	237
Tubulações	61.776	380	(582)	-	770	62.344
Ligações Prediais	8.792	-	(114)	(7)	322	8.993
Instalações	1.612	14	(41)	-	30	1.615
Hidrômetros	3.086	-	(166)	(14)	318	3.224
Macromedidores	82	-	(4)	-	1	79
Equipamentos	7.323	134	(201)	(10)	149	7.395
Móveis e Utensílios	58	1	(2)	-	-	57
Equipamentos de Informática	114	-	(20)	-	1	95
Programas de Informática	7.069	2.457	(1.469)	-	(176)	7.881
Veículos	222	13	(44)	-	11	202
Máquinas, Tratores e Similares	105	-	(44)	-	-	61
Ferramentas	2	-	-	-	-	2
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	50	-	(1)	-	-	49
Proteção e Preservação Ambiental	3.129	25	(262)	-	-	2.892
Concessão do Município de Curitiba	78.819	-	(1.042)	-	-	77.777
Concessão do Município de Cianorte	58	-	(2)	-	-	56
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	1.630	-	-	-	1.630
Totais Intangível	203.527	4.746	(4.250)	(31)	2.154	206.146
Total Geral	4.963.649	152.322	(39.264)	(1.158)	(a) (800)	5.074.749

(a) Valor transferido para a conta de Ativos Financeiros Contratuais, referente a expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas.

Notas Explicativas

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

d) Reserva de Reavaliação e Atribuição do Novo Custo

A Companhia procedeu reavaliações parciais de seus ativos em 1990 e 1991 e atribuição de custos ao Imobilizado em 2010, cujos saldos em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, líquidos de depreciação acumulada, são de R\$196.657 e R\$200.232, respectivamente. A Administração da Companhia entende que a manutenção da reavaliação é adequada, visto que os bens reavaliados estão contabilizados a valores razoáveis de mercado e plenamente recuperáveis por suas operações, os quais serão mantidos até a sua efetiva realização.

e) Estudo sobre a vida útil econômica dos Bens Patrimoniais

No exercício de 2012 a Companhia constituiu uma comissão interna para revisão do estudo técnico realizado no exercício de 2011, a qual concluiu que neste intervalo de tempo não ocorreram novos fatos, evidências, tecnologias, paradigmas e renovação significativa dos bens que justifique alterações no tempo de vida útil utilizado, exceto para bombas dosadoras. Desta forma, a comissão recomendou a utilização destas taxas de depreciação para o exercício de 2013.

9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

a) A composição de empréstimos, financiamentos e debêntures é a seguinte:

Descrição	Taxa de Juros Anual		Vencimento Final	31/03/2013	31/12/2012
	Efetiva	Indexador			
Repasses do Banestado/Itaú (BID e BIRD):					
Caixa Econômica Federal – CEF (1)	6,62% a 13,68%	TR	2036	670.377	669.469
Banco do Brasil S/A (2)	7,87%	TR	2014	43.693	54.115
Município de Maringá – CEF/CURA	6,17%	TR	2014	63	78
Debêntures 2ª Emissão (3)	6,92%	TJLP	2024	119.520	59.806
BNDES (4)	6,82% e 7,50%	TJLP	2027	195.977	177.011
Subtotais				1.029.630	960.479
Parcelas Vencíveis a Curto Prazo				(134.359)	(130.116)
Empréstimos e Financiamentos				(133.386)	(129.583)
Debêntures				(973)	(533)
Parcelas Vencíveis a Longo Prazo				895.271	830.363

TR = “Taxa Referencial”, taxa de juros estabelecida mensalmente pelo Banco Central do Brasil. A taxa acumulada da TR até o primeiro trimestre, findo em 31 de março de 2013, foi de 0,29% (0,19% para o mesmo período de 2012).

TJLP = “Taxa de Juros de Longo Prazo”, taxa de juros estabelecida trimestralmente pelo Banco Central do Brasil. Até o primeiro trimestre, findo em 31 de março de 2013, a taxa acumulada da TJLP foi de 1,23% (1,47% para o mesmo período de 2012).

Os *covenants* e as cláusulas restritivas vinculados aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão sendo divulgados na nota explicativa 22.

Notas Explicativas

9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES -- continuação

- (1) Caixa Econômica Federal – formado por 220 contratos firmados com a Caixa Econômica Federal, com recursos oriundos do FGTS, utilizados para aumentar e melhorar a cobertura dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, de diversas cidades do Estado do Paraná, bem como para o desenvolvimento institucional com a implementação de programas de melhorias operacionais e redução de perdas.

Esses empréstimos são garantidos em parte pelo sistema de abastecimento de água de Curitiba, na forma de penhor industrial, no montante de R\$145.185 e pelas receitas próprias da Companhia. Mediante o Contrato de Repactuação de Garantia e Outras Avenças nº 411 PGFN/CAF, de 25/04/2008, 35 contratos que a União adquiriu da Caixa, por força da MP nº 2196-3, de 2001, passaram a ser garantidos por 16% do total da arrecadação proveniente do pagamento das tarifas de água e esgoto no Estado, até o limite do saldo devedor total atualizado dos referidos contratos. A taxa média ponderada de juros é de 6,74% ao ano, acrescida da taxa de administração de até 2,00%, havendo contratos sem taxa de administração e outros com percentuais de 1,00%, 1,01%, 1,41% e 2,00% ao ano. A taxa de risco de crédito é de até 1,70% ao ano, havendo contratos com taxas de risco de 0,30%, 0,50%, 1,00% e 1,70% ao ano.

O prazo final para pagamento é em 2036. Adicionalmente, a Companhia deverá manter junto à Caixa Econômica Federal, na vigência dos contratos de financiamentos, uma conta reserva, cujo saldo em 31/03/2013 é de R\$8.563 (R\$8.426 em 31/12/2012), equivalente a um encargo mensal, valor esse registrado em depósitos vinculados no Ativo Não Circulante.

- (2) Banco do Brasil S/A – empréstimo relativo ao refinanciamento de dívidas junto à CEF – Caixa Econômica Federal. Esses empréstimos são garantidos pelas receitas próprias da Companhia e pelo Estado do Paraná. A taxa de administração é de 0,10% ao ano, acrescida da taxa de juros.
- (3) Debêntures 2ª Emissão – emitidas em 15/08/2011 para colocação em 3 séries, com valor nominal unitário de trinta e nove mil, quinhentos e quinze reais e cinquenta e três centavos, sendo: a 1ª série com 3.000 debêntures, a 2ª série com 3.000 debêntures e a 3ª série com 4.000 debêntures, totalizando 10.000 debêntures no montante total de R\$395.155. Em 22/06/2012 ocorreu a colocação de 1.500 debêntures e em 26/03/2013 houve a colocação de mais 1.500, totalizando 3.000 debêntures da 1ª série, correspondendo a R\$118.546. Essas debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, com garantia real para distribuição privada. As debêntures da 1ª e 3ª séries serão amortizadas em 121 parcelas mensais e sucessivas com remuneração de 1,92% ao ano, acima da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central, com carência de 36 meses. A 2ª série será amortizada em 10 parcelas anuais e sucessivas com remuneração de 9,195575% (taxa de referência + 1,92%) ao ano, base 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado pelo IPCA, com carência de 37 meses.

Notas Explicativas

9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES -- continuação

- (4) BNDES – formado por 03 (três) contratos firmados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, com recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e do Fundo de Participação PIS/PASEP, estão sendo utilizados na perfuração de poços no Aquífero Guarani e sua operacionalização e, também, para a ampliação e otimização dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em diversos municípios do Estado do Paraná. Esses empréstimos são garantidos pelas receitas próprias da Companhia e pela conta reserva, mantida junto à Caixa Econômica Federal, com saldo não inferior às 03 próximas parcelas vincendas, cujo saldo em 31/03/2013 é de R\$10.682 (R\$10.511 em 31/12/2012), registrado em Depósitos Vinculados no Ativo Não Circulante. Os contratos são amortizados da seguinte forma: (i) dois contratos tiveram o início da amortização após o período de carência, em 108 parcelas mensais e sucessivas, com vencimentos a partir de maio de 2010 e janeiro de 2011, respectivamente, e estão sendo remunerados a taxa de 2,5% ao ano, acima da TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil; e (ii) um contrato teve o início da amortização após o período de carência, em 138 parcelas mensais e sucessivas, com vencimento a partir de agosto de 2011, e remunerado à taxa de 1,82% ao ano, acima da TJLP.

No caso de a TJLP ser superior a 6% ao ano, o montante que vier a exceder esse índice será incorporado ao saldo devedor principal. Os percentuais de 2,5% e 1,82% ao ano acima da TJLP, acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% ao ano, incidirão sobre o saldo devedor do principal, já compreendida a parcela capitalizada. O montante de juros apurado será pago trimestralmente durante o período de carência e mensalmente durante o período de amortização do principal.

Adicionalmente foram firmados 02 (dois) contratos com recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador, destinados a ampliação do sistema de abastecimento de água, e implantação e expansão do sistema de esgotamento sanitário em diversos municípios do Estado do Paraná. Esses financiamentos são garantidos pelas receitas próprias da Companhia e pela conta reserva, mantida junto à Caixa Econômica Federal, com saldo não inferior às 03 próximas parcelas vincendas, cujo saldo em 31/03/2013 é de R\$ 703, registrado em Depósitos Vinculados no contrato Ativo não Circulante. Os contratos serão amortizados da seguinte forma: (i) um contrato com seguintes características: a) carência de 30 (trinta) meses com amortização em 90 (noventa) parcelas mensais e sucessivas, com vencimentos à partir de 15 de julho de 2014, b) carência de 30 (trinta) meses com amortização em 150 (cento e cinquenta) parcelas mensais e sucessivas, com vencimentos à partir de 15 de julho de 2014. ii) contrato com carência de 30 (trinta) meses e amortização em 150 (cento e cinquenta) parcelas mensais e sucessivas, com vencimentos à partir de 15 de agosto de 2014.

Os Contratos são remunerados à taxa de 2,05% ao ano, acima da TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

No caso da TJLP ser superior a 6% ao ano, o montante que vier a exceder esse índice será incorporado ao saldo devedor principal. O percentual de 2,05% ao ano acima da TJLP, acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% ao ano incidirão sobre o saldo devedor do principal, já compreendida a parcela capitalizada. O montante de juros apurado será pago trimestralmente durante o período de carência e mensalmente durante o período de amortização do principal.

Notas Explicativas**9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES -- continuação**

b) Os empréstimos, financiamentos e debêntures apresentam a seguinte movimentação:

Descrição	31/03/2013		31/12/2012	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Saldos no início do período	130.116	830.363	175.647	773.513
Liberações	-	100.229	-	187.878
Juros e Taxas	21.592	-	88.112	-
Variações Monetárias	-	-	-	2.128
Transferências	35.321	(35.321)	133.156	(133.156)
Amortizações	(52.670)	-	(266.799)	-
Saldos no final do período	134.359	895.271	130.116	830.363

c) Os vencimentos de longo prazo dos financiamentos e debêntures estão assim distribuídos:

Anos de Vencimento	Financiamentos	Debêntures	Total
2014	62.241	3.919	66.160
2015	81.395	11.757	93.152
2016	75.067	11.757	86.824
2017	70.890	11.757	82.647
2018	74.147	11.757	85.904
2019 a 2036	412.984	67.600	480.584
Total	776.724	118.547	895.271

10. CRÉDITOS PARA AUMENTO DE CAPITAL / PARTE RELACIONADA

a) A composição é a seguinte:

Descrição	31/03/2013	31/12/2012
Empréstimos e Financiamentos		
Paranásan – Contrato subempréstimo – Estado/JBIC	185.051	185.051
Paranásan – Acordo Formal – Estado do Paraná	156.159	156.159
Outros – Acordo Formal – Estado do Paraná	25.810	25.810
Total de Empréstimos e Financiamentos (1)	367.020	367.020
Saldo de Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio (2)	17.608	17.608
Paranásan – Liberações ocorridas na vigência do contrato (3)	177.296	177.296
Remuneração (4)	434.873	422.789
Saldo de Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio de 2004 (5)	50.555	-
Saldo no final do período	1.047.352	984.713

(1) Saldo de Empréstimos e Financiamentos, transformado em Créditos para Aumento de Capital, conforme Termo de Resilição celebrado entre a Sanepar e o Estado do Paraná em 18 de dezembro de 2003.

Notas Explicativas

10. CRÉDITOS PARA AUMENTO DE CAPITAL / PARTE RELACIONADA

- (2) Saldo de Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio decorrente do encontro de contas realizado, em 15 de dezembro de 2003, entre a Sanepar e o Estado do Paraná. Os créditos de Juros sobre o Capital Próprio do exercício de 2002, no valor de R\$34.743, possibilitaram a quitação de débitos relativos a faturas de água e esgoto, no montante de R\$17.135, e o saldo remanescente de R\$17.608, a favor do Estado do Paraná, foi transferido para a conta de Créditos para Aumento de Capital.
- (3) Recursos repassados na forma do acordo de empréstimo BZ-P13, firmado entre o Estado do Paraná e o “JBIC – Japan Bank for International Cooperation”. Estes valores foram registrados diretamente como Créditos para Aumento de Capital, conforme previsto na Cláusula Terceira do Termo de Resilição Amigável, de 18 de dezembro de 2003.
- (4) Remuneração dos saldos dos créditos destinados a aumento de capital, existentes em 31 de dezembro de 2003 e aportes realizados na vigência do contrato, pela TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, conforme acordo entre a Sanepar e o Estado do Paraná, aprovado pela 9ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada em 13 de setembro de 2005.
- (5) Saldo de Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio do exercício de 2004 atualizado pela TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo.

11. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	31/03/2013	31/12/2012
Programas Vinculados à Agência Nacional de Águas - ANA	8.906	8.789
Contratos e Convênios com Terceiros	20.397	18.571
Convênios com Prefeituras Municipais	4.606	4.949
Cauções e Valores a Reembolsar	6.078	8.549
Totais	39.987	40.858
Curto Prazo	33.326	34.285
Longo Prazo	6.661	6.573

12. CONTRATO DE CONCESSÃO

A Companhia possui contrato de concessão onerosa para exploração de serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgoto sanitário com a Prefeitura Municipal de Curitiba, pelo prazo de 30 anos, assinado em 06 de dezembro de 2001. Com base neste contrato, foi fixado o montante a ser pago pela concessão, num total de R\$125.000, devidos em parcelas distintas no decorrer do contrato, corrigidos com base na variação do IPCA divulgado pelo IBGE. O saldo em 31 de março de 2013 é de R\$96.028 (R\$95.675 em 31/12/2012), sendo R\$5.745 (R\$5.654 em 31/12/2012) registrados no passivo circulante e R\$90.283 (R\$90.021 em 31/12/2012) no passivo não circulante.

Notas Explicativas**13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES**

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	31/03/2013	31/12/2012
Imposto de Renda a Pagar	13.727	-
Contribuição Social a Pagar	4.855	-
COFINS a Pagar	10.966	12.468
PASEP a Pagar	2.381	2.707
COFINS – Parcelamento (1)	10.462	11.372
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	5.344	10.854
Outros Tributos a Pagar	4	1
Totais de Impostos e Contribuições	47.739	37.402
Curto Prazo	43.885	32.233
Longo Prazo	3.854	5.169

- (1) Refere-se ao parcelamento da multa da COFINS relativo ao período de setembro de 1994 a setembro de 1996, em conformidade com a Lei nº 11.941/2009. O débito foi parcelado em 60 prestações mensais, atualizadas pela taxa de juros SELIC frente à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional restando, em 31 de março de 2013, 19 parcelas a vencer. A Companhia impetrou mandado de segurança perante a 2ª Vara da Justiça de Curitiba em 28/06/2011, contestando o valor consolidado da dívida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conseguindo liminar em 29/06/2011 para redução do montante da dívida. O processo foi julgado em 06/12/2011 favoravelmente à Companhia. A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional apresentou recurso de apelação em 07/02/2012, o qual foi julgado e teve o provimento negado. Em 15/01/2013 a União apresentou recurso especial, que está em análise de admissibilidade no TRF4.

14. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS**a) Provisões**

A Companhia é parte em processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios e constitui provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis. Para as ações de natureza trabalhista, considerando o histórico de julgamento, é constituída provisão da totalidade desses processos.

A Companhia acredita que os montantes de provisões registrados são suficientes para cobrir as perdas prováveis.

A movimentação das provisões para ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais, é a seguinte:

Natureza	31/12/2012	Adições	Reversões	Pagamentos	31/03/2013
Ações Trabalhistas (1)	149.083	10.178	(3.486)	(4.924)	150.851
Ações Cíveis (2)	186.925	10.126	(268)	(257)	196.526
Ações Ambientais (3)	57.483	1.225	(729)	-	57.979
Ações Tributárias (4)	2.283	122	(1)	-	2.404
Total	395.774	21.651	(4.484)	(5.181)	407.760

Notas Explicativas**14. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS -- continuação****b) Passivos Contingentes**

A Companhia suportada por opinião de seus assessores jurídicos divulga seus passivos contingentes para as quais possui expectativa de perda possível. Para estas ações não foram constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A posição dos passivos contingentes com expectativa de perda possível para ações cíveis, ambientais e tributárias, é a seguinte:

Natureza	Passivos Contingentes	
	31/03/2013	31/12/2012
Ações Cíveis (2)	97.522	93.653
Ações Ambientais (3)	63.454	59.208
Ações Tributárias (4)	11.956	11.955
Totais	172.932	164.816

- (1) As provisões trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas.
- (2) As provisões cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de montantes provisionados em decorrência de ações por reclamações de danos causados a terceiros.
- (3) As provisões ambientais estão relacionadas a autos de infração emitidos por diferentes órgãos ambientais decorrentes principalmente de vazamento/extravazamento de redes coletoras de esgoto, além de efluentes de estações de tratamento de esgoto em desacordo com o padrão.
- (4) As provisões tributárias relacionam-se, basicamente, a questionamentos movidos pela prefeitura municipal de Tamboara referente ao ISSQN e do município de Santo Antônio da Platina referente ao IPTU.

c. Depósitos Judiciais

A Companhia efetuou depósitos judiciais, que serão recuperados somente no caso de julgamento favorável à Companhia.

A composição é a seguinte:

Natureza	Depósitos Judiciais	
	31/03/2013	31/12/2012
Ações Trabalhistas	88.928	88.611
Ações Cíveis	44.695	44.463
Ações Ambientais	567	560
Ações Tributárias	3.879	3.858
Totais	138.069	137.492

Notas Explicativas**15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL****a) Demonstração da Conciliação das Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social Registradas no Resultado**

Descrição	31/03/2013		31/03/2012	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro Antes dos Impostos	152.545	152.545	138.762	138.762
Imposto de Renda e Contribuição Social – Alíquotas Vigentes	(38.136)	(13.729)	(34.691)	(12.489)
Subvenções e Doações Recebidas de Órgãos Públicos (1)	25	9	25	9
Ajustes a Valor Presente de Contas a Receber (1)	1	-	50	18
Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT (2)	142	-	136	-
Incentivo Empresa Cidadã (3)	39	-	61	-
Outros	(21)	(14)	47	8
Totais das Despesas	(37.950)	(13.734)	(34.372)	(12.454)
Totais do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(51.684)		(46.826)	
Alíquota Efetiva	33,9%		33,7%	

(1) De acordo com a Lei nº 11.941, de 27/05/2009;

(2) De acordo com o Decreto 3.000, de 26 de março de 1999 - Regulamento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica;

(3) De acordo com o Decreto 7.052, de 23 de dezembro de 2009, que regulamentou a Lei nº 11.770, de 09/09/2008.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

A composição no resultado do período apresenta os seguintes valores:

Descrição	31/03/2013	31/03/2012
Imposto de Renda	(47.878)	(42.513)
Contribuição Social	(17.185)	(15.257)
Realização do Imposto de Renda Diferido	9.928	8.141
Realização da Contribuição Social Diferida	3.451	2.803
Totais	(51.684)	(46.826)

Eventuais impactos tributários relativamente ao reconhecimento de ganhos e perdas atuariais no Patrimônio Líquido são divulgados na Demonstração dos Resultados Abrangentes.

Notas Explicativas**15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL -- continuação****c) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos**

A composição das bases para imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre ativos e passivos com realização futura, é a seguinte:

Descrição	Prazo Estimado de Realização				31/03/2013	31/12/2012
		Base de Cálculo	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Total
BASES ATIVAS						
Planos de Saúde e Previdência	15 anos	884.479	221.120	79.603	300.723	292.162
Redução ao Valor Recuperável de Ativos	10 anos	4.163	1.040	375	1.415	1.415
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais	5 anos	407.760	101.940	36.698	138.638	134.563
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	3 anos	53.455	13.364	4.811	18.175	17.691
Provisão para PPR	1 ano	30.797	7.699	2.772	10.471	10.471
Provisão para Plano de Demissão Voluntária	1 ano	135	34	12	46	1.347
Totais			345.197	124.271	469.468	457.649
BASES PASSIVAS						
IRPJ Diferido sobre Construções e Benfeitorias	28 anos	158.710	39.677	-	39.677	40.020
Reserva de Reavaliação	18 anos	165.851	41.463	14.927	56.390	57.155
Atribuição Novo Custo ao Imobilizado	5 anos	30.805	7.701	2.772	10.473	10.925
Totais			88.841	17.699	106.540	108.100
Total líquido			256.356	106.572	362.928	349.549

d) Estimativa de realização futura do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição da estimativa de realização futura dos Créditos e Débitos, é a seguinte:

Períodos de Realização	Ativo Fiscal Diferido			Passivo Fiscal Diferido		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais
2013	18.789	6.764	25.553	4.040	1.068	5.108
2014	15.782	5.681	21.463	5.387	1.425	6.812
2015	28.105	10.118	38.223	5.387	1.425	6.812
2016	14.741	5.307	20.048	5.387	1.424	6.811
2017 a 2019	146.164	52.619	198.783	12.919	3.106	16.025
2020 a 2022	44.224	15.921	60.145	11.297	2.523	13.820
2023 a 2025	44.224	15.921	60.145	11.297	2.523	13.820
2026 a 2028	33.168	11.940	45.108	11.297	2.523	13.820
2029 a 2031	-	-	-	8.961	1.682	10.643
2032 a 2034	-	-	-	4.289	-	4.289
2035 a 2037	-	-	-	4.290	-	4.290
2038 a 2040	-	-	-	4.290	-	4.290
Totais	345.197	124.271	469.468	88.841	17.699	106.540

Notas Explicativas**16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital Social**

O Capital Social é composto de 414.082.182 ações, sendo 289.836.870 ações ordinárias e 124.245.312 ações preferenciais (mesma posição em 31/12/2012) sem valor nominal, totalmente integralizado por pessoas físicas e jurídicas residentes e domiciliadas no país e no exterior. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas a elas são assegurados: (i) direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações ou quaisquer outros títulos ou vantagens, incluídos os casos de incorporação de reservas ao capital social; e (ii) prioridade no reembolso do capital social, na eventual liquidação da Sociedade.

O valor patrimonial de cada ação em 31 de março de 2013 é de R\$6,11 (R\$5,87 em 31 de dezembro de 2012).

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de março de 2013 é de R\$1.800.000, e sua composição acionária, é a seguinte:

Acionistas	Número de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado do Paraná	173.902.122	60,0	43.475.530	35,0	217.377.652	52,5
Dominó Holdings S/A	115.106.273	39,7	28.776.568	23,2	143.882.841	34,7
Prefeituras Municipais	-	-	2.339.005	1,9	2.339.005	0,6
Investidores Estrangeiros	-	-	14.450.700	11,6	14.450.700	3,5
Demais Investidores	828.475	0,3	35.203.509	28,3	36.031.984	8,7
Totais	289.836.870	100,0	124.245.312	100,0	414.082.182	100,0

b) Reserva de Reavaliação

Foi realizado no trimestre, transferindo-se para Lucros Acumulados, o montante de R\$1.485 (R\$1.484 no mesmo período de 2012), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta reserva ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações/amortizações dos bens registrados no ativo imobilizado e no intangível, objeto das reavaliações.

A movimentação da realização da Reserva de Reavaliação foi a seguinte:

Descrição	31/03/2013	31/03/2012
Saldos no início do período	110.947	116.917
Realização da Reserva de Reavaliação	(2.250)	(2.249)
Realização dos Tributos sobre Reserva de Reavaliação	765	765
Saldos no final do período	109.462	115.433

Notas Explicativas

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- continuação

c) Reserva para Plano de Investimentos

A reserva para plano de investimentos corresponde ao lucro remanescente, após constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da distribuição dos Juros sobre o Capital Próprio (dividendos).

d) Remuneração aos Acionistas

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido ajustado de acordo com a legislação societária. Para os acionistas detentores de ações preferenciais foi atribuído Juros sobre o Capital Próprio (dividendo) por ação 10% superior aos acionistas detentores de ações ordinárias.

A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social. Esta distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre esses valores é retido imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros.

Em 25/04/2013, a Assembleia de Acionistas aprovou a proposta de pagamento dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Adicionais Propostos, creditados aos acionistas no exercício de 2012, no montante bruto de R\$158.944, os quais serão pagos a partir do dia 24/06/2013.

Os Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Adicionais Propostos, por ação, foram os seguintes:

	<u>2012</u>
Ações Preferenciais	0,40993
Ações Ordinárias	0,37267

e) Resultado por Ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação (em milhares, exceto valores por ação):

<u>Resultado básico/diluído por ação</u>	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	68.541	62.476
Por ação ordinária		
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	289.837	289.837
Resultado básico/diluído		
Por ação ordinária	0,23648	0,21556

Notas Explicativas

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- continuação

f) Reserva Legal

Constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir o limite de 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados. Ainda em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações a Administração respeita o limite do capital social para constituição das reservas de lucros.

g) Reserva de Incentivos Fiscais

Constituída em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações, referente à parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais.

h) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Constituída em conformidade com o artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, referente aos ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.

Durante este trimestre foi transferido para Lucros Acumulados, o montante de R\$875 (R\$947 mesmo período de 2012), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta conta ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e intangível, aos quais foram atribuídos novos valores.

A movimentação da realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial foi a seguinte:

<u>Descrição</u>	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Saldos no início do período	21.206	25.269
Realização dos Ajustes ao Custo Atribuído	(1.326)	(1.435)
Realização dos Tributos sobre Ajustes ao Custo Atribuído	451	488
Saldos no final do período	20.331	24.322

17. PARTES RELACIONADAS

O Estado do Paraná possui, em 31/03/2013, os seguintes créditos junto à Companhia:

- ◆ Créditos para Aumento de Capital, registrado no passivo não circulante, no valor de R\$1.047.352, conforme demonstrado na nota 10;
- ◆ Juros sobre o Capital Próprio do exercício de 2012, no montante de R\$63.291 e dividendos adicionais propostos de R\$19.339 totalizando R\$82.630.

Além disso, as transações com partes relacionadas são relativas ao fornecimento de água e serviços de esgoto, providos ao Estado do Paraná, cuja receita montou de R\$14.791 e R\$12.957 até os primeiros trimestres de 2013 e 2012, respectivamente.

Notas Explicativas

17. PARTES RELACIONADAS -- continuação

A Companhia também possui transações com a Dominó Holdings S/A referente a Juros sobre o Capital Próprio no montante de R\$35.608 e dividendos adicionais propostos de R\$12.800 totalizando R\$48.408.

Os custos com energia da Companhia, os quais são gerados pela Companhia Paranaense de Energia – COPEL (uma das acionistas da Dominó Holdings S/A e controlada pelo Estado do Paraná) foram de R\$42.829 e R\$45.291, até os primeiros trimestres de 2013 e 2012, respectivamente.

Essas operações de vendas e compras têm sido realizadas, aplicando-se as mesmas condições daquelas realizadas com terceiros.

A Companhia também transaciona com diversas prefeituras municipais do Estado do Paraná o fornecimento de água e a coleta e tratamento de esgoto sanitário, com as quais mantêm contratos de concessões e contratos de programas municipais para prestação de serviços de distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto, cuja receita, com esses órgãos municipais, até o primeiro trimestre de 2013, montou de R\$13.743 (R\$12.903 para o mesmo período de 2012).

Essas operações são consideradas, pela Administração da Sanepar, como normais de mercado, exceto para algumas prefeituras municipais que possuem descontos nas faturas de fornecimento de água e esgotamento sanitário, dependendo do consumo máximo estabelecido em cada contrato especial com o poder público, para obtenção do benefício. Quanto à forma de liquidação financeira desses créditos, além do pagamento na rede bancária autorizada, poderá acontecer por intermédio de encontro de contas com as prefeituras devedoras que possuam créditos junto à Companhia.

Remuneração dos Administradores

A remuneração global anual dos Administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi aprovada pela 49ª Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 25 de abril de 2013, no montante global de R\$9.317. Para o exercício de 2012 a aprovação se deu pela 48ª Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de abril de 2012, no montante de R\$7.872 sendo pago a título de remuneração o montante de R\$4.602 e R\$1.866 referente a encargos e benefícios, totalizando o montante de R\$6.468.

Notas Explicativas

18. RECEITAS OPERACIONAIS

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

Descrição	31/03/2013	31/03/2012
Receitas		
Receitas de Água	378.961	333.201
Receitas de Esgoto	188.946	161.493
Receitas de Serviços	18.250	17.219
Receitas de Resíduos Sólidos	1.768	1.153
Serviços Prestados a Prefeituras	1.185	863
Outras Receitas	10.680	2.094
Totais das Receitas Operacionais	599.790	516.023
Deduções das Receitas Operacionais		
COFINS	(35.726)	(30.556)
PASEP	(7.756)	(6.634)
Totais das Deduções	(43.482)	(37.190)
Totais das Receitas Operacionais, líquidas	556.308	478.833

A Companhia incorreu em receitas e custos com contratos de construção vinculados aos contratos de programas de R\$2.264 durante o 1º trimestre de 2013 (R\$26 para o mesmo período de 2012), ou seja, com margem nula.

19. CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

Descrição	31/03/2013			31/03/2012		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Pessoal	38.351	11.885	50.236	32.330	9.964	42.294
Materiais	14.657	5.006	19.663	12.688	4.042	16.730
Energia Elétrica	39.556	3.721	43.277	42.079	3.623	45.702
Serviços de Terceiros	29.368	18.558	47.926	19.234	10.310	29.544
Depreciações e Amortizações	19.712	15.459	35.171	18.646	14.093	32.739
Outros Custos	13.606	4.160	17.766	11.939	3.841	15.780
Totais	155.250	58.789	214.039	136.916	45.873	182.789

Notas Explicativas**20. DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS E OUTRAS**

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

Descrição	31/03/2013	31/03/2012
Comerciais		
Pessoal	15.522	13.012
Materiais	759	776
Serviços de Terceiros	9.224	8.296
Depreciações e Amortizações	1.259	1.246
Perdas na Realização de Créditos	3.661	3.389
Outras Despesas	7.708	6.527
Totais das Despesas Comerciais	38.133	33.246
Administrativas		
Pessoal	81.678	68.333
Materiais	5.795	5.757
Serviços de Terceiros	22.895	18.499
Depreciações e Amortizações	2.833	2.214
Outras Despesas	10.370	9.306
Transferências para Custos e Despesas Comerciais (a)	(20.232)	(18.121)
Despesas Capitalizadas (b)	(15.726)	(14.683)
Totais das Despesas Administrativas	87.613	71.305
Outras Despesas Operacionais		
Despesas		
Baixas de Ativos	1.255	359
Totais das Outras Despesas Operacionais, líquidas	1.255	359

(a) Estes valores são primeiramente registrados como despesas administrativas e posteriormente transferidos para custos e despesas comerciais;

(b) Estes valores referem-se aos gastos administrativos capitalizados, por se relacionarem com projetos e obras em andamento, alocados diretamente pelas Unidades de Serviços.

21. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	31/03/2013	31/03/2012
Receitas Financeiras		
Variações Monetárias Ativas	2.170	844
Aplicações Financeiras	4.182	5.029
Outras Receitas Financeiras	1.554	1.169
Totais das Receitas Financeiras	7.906	7.042
Despesas Financeiras		
Juros e Taxas de Financiamentos e de Debêntures	(18.398)	(17.518)
Variações Monetárias Passivas	(12.697)	(14.850)
Outras Despesas Financeiras	(2.367)	(1.853)
Totais das Despesas Financeiras	(33.462)	(34.221)
Resultado Financeiro, líquido	(25.556)	(27.179)

Notas Explicativas

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS

A composição por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia não apresentou variação para os saldos apresentados nas demonstrações contábeis, conforme quadro abaixo:

Descrição	Valor Contábil		Valor Justo	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Ativos Financeiros				
Caixa e Equivalentes de caixa	334.444	219.175	334.444	219.175
Contas a Receber de Clientes, líquido	348.829	350.920	348.829	350.920
Total	683.273	570.095	683.273	570.095
Passivos Financeiros				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.029.630	960.479	1.029.630	960.479
Empreiteiros e Fornecedores	105.289	101.793	105.289	101.793
Título a Pagar	18.721	19.649	18.721	19.649
Total	1.153.640	1.081.921	1.153.640	1.081.921

A Companhia utilizou os seguintes métodos e premissas no cálculo do valor justo de seus instrumentos financeiros:

Caixa e Equivalentes de Caixa: os montantes divulgados no balanço patrimonial, aproximam-se do valor justo. O saldo refere-se, basicamente, a aplicações financeiras com características de curto prazo de alta liquidez, mantidas na Caixa Econômica Federal, em fundos de renda fixa, cuja carteira é composta em sua maioria de títulos públicos do Governo Federal.

Depósitos Vinculados: Os depósitos vinculados de longo prazo referem-se a programas da Agência Nacional da Água – ANA no valor de R\$5.638 (R\$5.550 em 31/12/2012); bem como as reservas mantidas junto à Caixa Econômica Federal, mencionada na nota 9 (1), no valor de R\$8.563 (R\$8.426 em 31/12/2012) e os valores mencionados na nota 9 (4) de R\$10.682 (R\$10.511 em 31/12/2012) e R\$703.

Contas a Receber: os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber aproximam-se do valor justo, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

O saldo de contas a receber de clientes a curto e longo prazo decorrente de parcelamentos foi ajustado a valor presente. Os parcelamentos das contas de particulares são atualizados pela SELIC, acrescidos de taxa de administração e de risco e os das contas de órgãos públicos com base nos juros da poupança de 6% ao ano. A Companhia adotou para cálculo do Ajuste a Valor Presente a taxa SELIC para as contas de particulares e os juros da poupança para as contas de órgãos públicos.

Notas Explicativas

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS – continuação

A movimentação do Ajuste a Valor Presente foi a seguinte:

Descrição	Janeiro a março de 2013
Saldos no Início do Período	(1.167)
Ajuste a Valor Presente	(1)
Saldos no Final do Período	(1.168)

Contas a Pagar: as contas a pagar a empreiteiros e fornecedores são compromissos vencíveis em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, sendo, em razão disso, reconhecidos como valor justo. O prazo médio de pagamentos praticado pela Companhia é de 28 (vinte e oito) dias.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures: são contabilizados ao valor justo no início da operação, líquidos dos custos das transações incorridas e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva, e não incluem encargos futuros em seus saldos. As características e taxas de atualização estão descritas na nota 9, e não representam riscos adicionais para a Companhia neste momento. Todos os empréstimos e financiamentos, em 31/03/2013, estão relacionados aos investimentos no ativo imobilizado e intangível.

Obrigações Contratuais: em relação à 2ª emissão de debêntures simples em emissão privada, não-conversíveis em ação, a Companhia deve manter, durante toda a vigência e até o vencimento final, os seguintes índices: dívida líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,0; EBITDA/ROL igual ou superior a 35%; EBITDA/Serviço da Dívida igual ou superior a 1,5. As debêntures da 2ª Emissão contam com garantia real, consubstanciada na cessão fiduciária dos direitos creditórios emergentes da prestação dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, em valor correspondente à parcela mensal de R\$29.000, corrigido anualmente pelo IPCA, com data-base de maio de 2011.

A Companhia firmou no ano de 2007, três contratos de financiamento com o BNDES e deve manter os seguintes índices econômico-financeiros, apurados anualmente com base nas Demonstrações Contábeis: cobertura do serviço da dívida igual ou maior que 1,5; margem EBITDA igual ou maior que 35%; dívida bancária líquida/EBITDA menor ou igual a 3; grau de endividamento menor ou igual a 70%. Os financiamentos contam com vinculação da receita da prestação dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto em valor mensal não inferior a R\$14.100, corrigidos anualmente pelo IPCA, com data-base de dezembro de 2007. Além disso, os financiamentos estabelecem a necessidade de se manter uma conta reserva, com movimentação exclusiva pelo banco depositário, na qual ficam depositados valores que não podem ser inferiores ao montante equivalente à soma das prestações de amortização do principal e acessórios da dívida, vencíveis nos 3 meses seguintes e cujo saldo em 31 de março de 2013 é de R\$10.682 (R\$10.511 em 31/12/2012).

Notas Explicativas

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS – continuação

Os contratos firmados com o BNDES em 2011 e 2012, devem manter os seguintes índices econômico-financeiros, apurados trimestralmente com base nos valores relativos aos últimos 12(doze) meses constantes das demonstrações: dívida líquida / EBITDA igual ou menor a 3,0; margem EBITDA/ROL igual ou maior que 35%; EBITDA / serviço da Dívida igual ou maior a 1,5. Os financiamentos contam com vinculação da receita da prestação dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto em valor mensal não inferior a R\$ 7.500 corrigidos anualmente pelo IPCA, com data-base de setembro de 2011. Além disso, os financiamentos estabelecem a necessidade de se manter uma conta reserva, com movimentação exclusiva pelo banco depositário, na qual ficam depositados valores que não podem ser inferiores ao montante equivalente à soma das prestações de amortização do principal e acessórios da dívida, vencíveis nos 3 meses seguintes, desde 5 (cinco) dias úteis antes do primeiro desembolso.

Em 31 de março de 2013, a Companhia está atendendo integralmente às cláusulas restritivas estipuladas quando da emissão das debêntures e financiamento do BNDES.

Outras Contas: segundo nosso conhecimento e julgamento, nenhuma outra conta contábil apresenta diferenças relevantes entre os valores registrados contabilmente pela Companhia e seus valores prováveis de realização e de mercado em 31 de março de 2013. Também não conhecemos nenhum fato relevante ou evento subsequente a esta data, que possa impactar de forma significativa os montantes registrados.

Risco de negócio: o negócio da Companhia refere-se basicamente a captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários para 345 sedes municipais operadas no Estado do Paraná e 01 sede municipal no Estado de Santa Catarina, para as quais a Companhia detém as respectivas concessões municipais, atendendo aproximadamente 10,1 milhões de pessoas com água tratada e 6,3 milhões com o serviço de coleta e tratamento de esgoto.

Existem diversos riscos associados, normais ao ramo de negócio da Sanepar, porém todos administrados ou amenizados de forma a não impactar, significativamente, os resultados das operações da Companhia. Estes riscos são basicamente associados aos seguintes fatores:

Risco de Taxa de Juros: risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Este risco é proveniente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A composição dos empréstimos e financiamentos da Companhia expressos em reais sujeitos à taxa de juros variável e fixa estão apresentados abaixo:

Indexador	31/03/2013	31/12/2012
TR	714.133	723.662
TJLP	315.497	236.817
	1.029.630	960.479

Notas Explicativas

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS – continuação

Análise de Sensibilidade a taxa de juros: a seguir é apresentado o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de juros sobre os principais empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos para a Companhia. Se as taxas de juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 25% e 50% a mais ou menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no lucro antes dos impostos teria sido de R\$479 e R\$958 a mais ou a menos, principalmente em decorrência de despesas de juros mais baixas ou mais altas nos empréstimos de taxa variável conforme descrito abaixo:

Descrição	Indexador	+ 25%	-25%	+50%	-50%
Debêntures 2ª Emissão	TJLP	(74)	74	(148)	(148)
BNDES	TJLP	(405)	405	(810)	(810)
Efeitos no Lucro antes da Tributação		(479)	479	(958)	958

Risco de Crédito: praticamente toda a população do Estado é cliente da Companhia. Considerando nosso tipo de negócio não efetuamos nenhuma análise de crédito, adotando a prática de corte no abastecimento no caso de inadimplência. O nível de perdas na realização das contas a receber é considerado normal para o setor de saneamento.

A prática do corte de abastecimento não é aplicada ao Poder Público, entretanto, a Administração vem concentrando esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência, por meio de negociações com as prefeituras devedoras e a viabilização da prática de encontro de contas com aquelas que possuam créditos junto à Companhia, caso não haja acordo, a Companhia ingressa com cobrança judicial.

Risco de Concessão: os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos municípios em que opera, geralmente os contratos de concessão e contratos de programas têm prazo de duração de 30 anos. Nesses contratos há previsão de cumprimento de metas de ampliação e manutenção dos sistemas de água e esgoto, relacionadas aos índices de atendimento com rede de abastecimento de água e atendimento com rede coletora de esgoto. Em algumas situações, o município concedente tem o direito de rescindir os contratos antes de seu término ou ainda não autorizar a sua renovação, mediante indenização dos saldos de investimentos ainda não depreciados/amortizados.

Derivativos: a Companhia não possui contratos de troca de índices (SWAP) ou operações que possam ser caracterizadas como instrumentos financeiros com derivativos, muito menos em aplicações de caráter especulativo ou outros ativos de riscos, e nem suas operações de mercado e de empréstimos e financiamentos estão expostas as flutuações de moedas estrangeiras, não necessitando realizar proteção cambial (hedge).

23. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

A Sanepar é patrocinadora da Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com a finalidade principal de administrar o plano de aposentadoria que objetiva suplementar os benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

Notas Explicativas

23. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA -- continuação

O plano de aposentadoria administrado pela FUSAN, tem as seguintes características principais: i) aposentadorias programadas, as quais são tratadas como contribuição definida; ii) benefícios de risco (aposentadoria por invalidez, pensão por morte, pecúlio por morte, auxílio-doença e acidente) como benefício definido. Neste trimestre a Patrocinadora repassou o montante financeiro de R\$1.587 (R\$4.429 no mesmo período de 2012) como contribuição à FUSAN.

A Companhia também é patrocinadora da Fundação Sanepar de Assistência Social, entidade sem fins lucrativos, que têm como atividade principal a administração do plano de saúde destinado aos colaboradores da Sanepar, ativos e aposentados, denominado SaneSaúde.

O SaneSaúde é um plano coletivo de assistência médica e odontológica, de autogestão, custeado mediante pré-pagamento, sendo as contribuições efetuadas em média 63,3% pela patrocinadora e 36,7% pelos beneficiários ativos e aposentados, por meio de contribuições mensais definidas no regulamento do plano, as quais são determinadas anualmente, com base em cálculos atuariais, que leva em consideração as faixas etárias de cada beneficiário, e a existência de fatores moderadores de utilização dos serviços oferecidos.

A título de contribuição para esta Fundação, a Companhia repassou financeiramente, neste trimestre, o montante de R\$9.118 (R\$7.316 no mesmo período de 2012).

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela SPC – Secretaria de Previdência Complementar são determinadas por atuário externo, (ATU-VERITA - Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda.), a qual emitiu parecer datado de 31 de janeiro de 2013, sem apresentar nenhum comentário que representasse qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pela administração. Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33, aprovado pela Deliberação 695 da CVM, foi contratada a Actuarial – Assessoria e Consultoria Atuarial S/C Ltda., que emitiu relatório detalhado, suportando as informações incluídas nesta nota.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria e plano de assistência médica. O Método da Unidade de Crédito Projetada (PUC) foi utilizado para apuração da obrigação atuarial:

Demonstração do passivo atuarial:

Descrição	Plano de		31/03/2013	31/12/2012
	Aposentadoria	Assistência Médica		
Curto Prazo	23.861	35.104	58.965	57.287
Longo Prazo	334.061	491.453	825.514	802.011
Totais	357.922	526.557	884.479	859.298

Notas Explicativas

23. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA -- continuação

A seguir demonstramos a projeção das despesas para o exercício de 2013:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2013
Custo do Serviço Corrente	4.295	17.249	21.544
Custo dos Juros	75.520	50.161	125.681
Rendimento Esperado do Ativo do Plano	(41.445)	(454)	(41.899)
Contribuições dos Empregados	(4.602)	-	(4.602)
Totais	33.768	66.956	100.724

O montante de R\$100.724 foi estimado atuarialmente como variação esperada dos planos para o exercício de 2013, o qual está sendo registrado contabilmente pela Companhia em bases mensais, tendo sido apropriado no 1º trimestre de 2013 o montante de R\$25.181 (R\$19.392 no primeiro trimestre de 2012). No final do exercício de 2013 será realizada uma nova revisão atuarial que determinará os ajustes contábeis necessários nos planos. Caso ocorram variações anormais nas regras do plano de aposentadoria e de assistência médica no decorrer do exercício, ou mesmo em sua base de participantes, poderemos realizar revisões atuariais intermediárias, o que não ocorreu até o momento.

24. TÍTULOS A PAGAR

A Companhia mantém operações financeiras junto à FUSAN, as quais estão suportadas por contratos assinados entre as partes para pagamento de dívida referente à dotação especial, determinada atuarialmente e indicada no plano de custeio da FUSANPREV. Essa dívida foi parcelada em 180 prestações mensais a partir de maio de 2001, calculadas anualmente pela “Tabela Price” na taxa real de juros equivalente a 6% ao ano, com atualização do saldo devedor pelo INPC, sendo que até 31/03/2013 foram pagas 142 parcelas. A composição total do saldo em 31 de março de 2013, registrado como “títulos a pagar”, é de R\$18.721 (R\$19.649 em 31/12/2012), sendo R\$6.476 (R\$6.298 em 31/12/2012) no Passivo Circulante e R\$12.245 (R\$13.351 em 31/12/2012) no Passivo Não Circulante.

25. RECEITAS A APROPRIAR

Em 08 de março de 2012 a Companhia firmou contrato de cessão para exploração de serviços financeiros com a Caixa Econômica Federal pelo prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, no montante de R\$16.250. A receita correspondente a este contrato é reconhecida mensalmente, pelo prazo do contrato de acordo com o regime de competência. O montante reconhecido no resultado durante o 1º trimestre de 2013 foi de R\$813. O saldo em 31 de março de 2013 é de R\$12.729 (R\$13.542 em 31/12/2012), sendo R\$3.250 (R\$3.250 em 31/12/2012) registrados no passivo circulante e R\$9.479 (R\$10.292 em 31/12/2012) no passivo não circulante.

Notas Explicativas

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Companhia possui dois segmentos de negócios claramente identificáveis, que são tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário. O lucro operacional por segmento é representado pela receita, deduzida dos custos diretos e despesas operacionais diretas e indiretamente alocáveis a estes segmentos. Os ativos e passivos identificáveis por segmento estão apresentados separadamente. Os ativos e passivos corporativos não foram diretamente atribuídos a cada segmento de negócio.

A Companhia avalia a performance por segmento, com base em informações geradas pelos registros contábeis, sendo que diversas despesas são alocadas por meio de rateio, na seguinte apresentação:

Descrição	01/01/2013 à 31/03/2013			01/01/2012 à 31/03/2012		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Receita Operacional Direta	393.953	193.972	587.925	347.592	165.474	513.066
Outras Receitas Operacionais	7.276	4.589	11.865	1.829	1.128	2.957
Total da Receita Operacional Bruta	401.229	198.561	599.790	349.421	166.602	516.023
Deduções da Receita (PASEP e COFINS)	(26.667)	(16.815)	(43.482)	(22.999)	(14.191)	(37.190)
Receita Operacional Líquida	374.562	181.746	556.308	326.422	152.411	478.833
Custo	(155.249)	(58.790)	(214.039)	(136.916)	(45.873)	(182.789)
Lucro Bruto	219.313	122.956	342.269	189.506	106.538	296.044
Despesas Comerciais	(23.385)	(14.748)	(38.133)	(20.559)	(12.687)	(33.246)
Despesas Administrativas	(53.727)	(33.886)	(87.613)	(44.095)	(27.210)	(71.305)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(770)	(485)	(1.255)	(222)	(137)	(359)
Resultado Financeiro, Líquido	(11.696)	(13.860)	(25.556)	(13.107)	(14.072)	(27.179)
Provisões	(7.360)	(4.626)	(11.986)	(3.590)	(2.211)	(5.801)
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	(15.441)	(9.740)	(25.181)	(11.992)	(7.400)	(19.392)
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	106.934	45.611	152.545	95.941	42.821	138.762
Imposto de Renda e Contribuição Social	(36.231)	(15.453)	(51.684)	(32.376)	(14.450)	(46.826)
Lucro Líquido do Período	70.703	30.158	100.861	63.565	28.371	91.936
Investimentos no Período (a)	69.118	83.204	152.322	48.713	53.241	101.954
Endividamento – Financiamentos e Debêntures	464.999	564.631	1.029.630	433.567	513.407	946.974
Imobilizado e Intangível, líquidos	2.313.275	2.761.474	5.074.749	2.167.228	2.570.042	4.737.270
Depreciações e Amortizações do Período	(22.222)	(17.042)	(39.264)	(20.786)	(15.413)	(36.199)
Contas a Receber (Curto e Longo Prazo)	310.141	136.307	446.448	276.524	118.010	394.534
Quantidade de Usuários – Não Revisado (b)	2.743.169	1.582.073	-	2.654.707	1.478.189	-
Volume Milhares de m ³ Faturados – Não Revisado (c)	141.843	89.462	-	140.179	86.499	-

(a) Os valores investidos em bens de uso administrativo foram alocados proporcionalmente aos investimentos de cada segmento;

(b) Os usuários incluídos no segmento de esgoto estão praticamente todos incluídos no segmento de água;

(c) Os volumes faturados do segmento de esgoto são derivados dos volumes faturados do segmento de água.

Notas Explicativas

27. REAJUSTE TARIFÁRIO

A Companhia foi autorizada pelo Decreto Estadual nº 7.290, de 20 de fevereiro de 2013, a proceder reajuste tarifário de 6,9% que incidirá nos serviços prestados a partir de 30 dias após a publicação do referido Decreto.

28. TARIFA SOCIAL

Em 08 de janeiro de 2004, o Governo do Estado do Paraná, por intermédio do Decreto nº 2.460, autorizou a Companhia a manter o benefício da Tarifa Social para famílias de baixa renda, usuárias dos serviços de água e esgotos. A Tarifa Social tem o objetivo de beneficiar as famílias que moram em imóvel com área construída de até 70 m² (setenta metros quadrados) e percebam mensalmente até ½ (meio) salário mínimo por pessoa ou no máximo 2 (dois) salários mínimos por família, cujo consumo mensal de água não deverá ultrapassar os 10 m³ (dez metros cúbicos). O valor da tarifa reduzida para os serviços de água, na faixa de consumo de até 10 m³ (dez metros cúbicos), é de R\$6,20 (seis reais e vinte centavos) por mês. Caso este beneficiário utilize serviço de coleta e tratamento de esgoto pagará mais R\$2,90 (dois reais e noventa centavos), perfazendo um total de R\$9,30 (nove reais e trinta centavos).

Neste trimestre, com o benefício da Tarifa Social, a Companhia destinou o montante de R\$13.087, representando um percentual de 2,2% da receita operacional bruta, para atendimento à população enquadrada no respectivo Programa. No mesmo período de 2012, o impacto foi de R\$9.878, o que representou um percentual de 1,9% da receita operacional bruta.

29. SEGUROS

A Companhia possui contrato de seguro com a Aliança do Brasil Seguros S/A para a cobertura de seus principais ativos situados em diversas localidades em todo o Estado do Paraná, no montante de R\$607.977, com vigência abrangendo o período de 05/12/2012 a 04/12/2013, para cobertura básica, incêndio, vendaval e danos elétricos em equipamentos.

Ativo	Importância Segurada
Edifícios	409.540
Máquinas e Equipamentos e Veículos	161.168
Estoque	37.269
Total	607.977

Adicionalmente a Companhia possui contrato com a J. Malucelli Seguradora S/A para a emissão de apólices de Seguro Garantia Judicial no montante de até R\$100.000, com vigência do contrato no período de 03/11/2011 a 02/11/2013, com a finalidade de garantir valores a serem depositados e/ou substituir os valores já depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais de ações trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais. Até 31 de março de 2013, a Companhia ofereceu garantias através de seguro garantia em 42 processos judiciais, no montante de R\$37.646.

A Companhia também firmou contrato com a ACE Seguradora S/A para cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil para conselheiros, diretores e administradores da Sanepar (D & O – Directors and Officers) com abrangência Nacional e Internacional, tendo como limite máximo de Indenização R\$20 milhões, e vigência do contrato por 365 dias, a partir de 12/03/2013.

Notas Explicativas

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 16 de abril de 2013, a Companhia publicou o Edital de Licitação Pública na modalidade de Concorrência sob nº 170/2013, tendo por objeto a Locação de Ativos precedida da concessão do direito real de uso das áreas e da execução das obras necessárias para ampliação do sistema de esgotamento sanitário dos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná.

As obras serão executadas em 48 (quarenta e oito) meses, sendo previsto o investimento no valor de R\$199,3 milhões. Executadas as obras, os ativos construídos serão locados à Sanepar pelo prazo de 240 (duzentos e quarenta) meses, sendo estipulado em edital o valor mensal de locação máximo de R\$2,1 milhões, cujo pagamento terá início quando da entrega das etapas das obras licitadas.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.
Curitiba - PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Revisão das informações intermediárias correspondentes a 31 de março de 2012

As demonstrações intermediárias do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixas e do valor adicionado, relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, apresentadas para fins de comparação, foram revisadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 09 de maio de 2012, sem modificação

Curitiba, 07 de maio de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 015.199/O-6 F- PR

Claudio Camargo
Contador CRC 1PR 038.371/O-1